

PERSPECTIVAS PARA UM GREEN NEW DEAL: FINANCIAMENTO E TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA MAIS SUSTENTÁVEL

PERSPECTIVES FOR A GREEN NEW DEAL: FINANCING AND TRANSITION TO A MORE SUSTAINABLE ECONOMY

Autor(es): Calisto Rocha de Oliveira Neto

Filiação: Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: calisto11neto@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT04. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade

Resumo

O presente artigo teve como objetivo analisar em termos histórico-descritivo as propostas de um *Green New Deal*, abordando, principalmente o caso dos Estados Unidos, mas também analisando, mesmo que superficialmente, algo semelhante no Brasil. Buscou-se também avaliar as possibilidades de financiamento de um programa desses a partir do instrumental da teoria pós keynesiana, chamada de Teoria Monetária Moderna ou *Modern Money Theory* (MMT). A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e documental em órgãos oficiais, revistas e artigos científicos com objetivo de trazer informações e dados para melhorar embasamento teórico e técnico do trabalho. Por fim, conclui-se que diante da crise socioeconômica e ambiental, o GND não só é possível como necessário para dar o primeiro passo na salvação da vida no planeta.

Palavras-chave: *Green New Deal. Modern Money Theory. Estados Unidos.*

Abstract

This article aimed to analyze in historical-descriptive terms the proposals of a Green New Deal, approaching, mainly the case of the United States, but also analyzing, even if superficially, something similar in Brazil. An attempt was also made to evaluate the financing possibilities of such a program based on the instruments of post-Keynesian theory, called Modern Monetary Theory or Modern Money Theory (MMT). The methodology used was a bibliographical and documentary research in official bodies, magazines and scientific articles with the objective of bringing information and data to improve the theoretical and technical basis of the work. Finally, it is concluded that in the face of the socioeconomic and environmental crisis, the GND is not only possible but necessary to take the first step in saving life on the planet.

Key words: *Green New Deal. Modern Theory of Money. U.S.*

1. Introdução

As discussões sobre desenvolvimento sustentável vem sendo motivo de debates acalorados no meio acadêmico, político, na mídia e na sociedade civil ao longo das últimas décadas. Não é por acaso, dado que os perigos da degradação ambiental ameaçam a vida no planeta terra. Assim, surgem preocupações em instituições públicas, empresas privadas, organismos internacionais entre outros, que buscam soluções a partir de um modelo de desenvolvimento que estabeleça na prática os parâmetros de sustentabilidade.

Neste artigo, o objetivo foi apresentar uma análise histórico-descritivo sobre as propostas de implementação de um programa de recuperação econômica baseado em preceitos sustentáveis chamado *Green New Deal* (GND), principalmente nos EUA, além de avaliar o instrumental macroeconômico pós keynesiano da Teoria Monetária Moderna (ou *Modern Money Theory- MMT*) para enfrentar os problemas de financiamento do programa.

As soluções dos problemas socioeconômicos e ambiental causados pela degradação dos recursos naturais do planeta passam por uma ruptura com a política ambiental tradicional baseada no mercado, uma vez que já se mostrou ineficiente e fracassada em resultados.

Discussões sobre um GND nos EUA vêm ganhando visibilidade no meio acadêmico, na mídia e no meio político nos últimos anos, de modo que estar presente no debate público é fundamental para ganhar apoio da sociedade e mostrar que outro tipo de sociedade é possível com menos desigualdade social e preservação ambiental.

Em termos históricos a ideia de um GND tem sido discutida desde meados da segunda metade da década dos anos 2000. Todavia, mais recentemente uma aliança de grupos ambientais, políticos progressistas e *Think Tanks* nos EUA vem apresentando uma nova formulação, inspirada no New Deal do Presidente Franklin Roosevelt nos anos 1930 para tirar a economia americana da crise de 1929. Logo, o GND tem o Estado como agente indutor no plano de recuperação da economia com bases no desenvolvimento sustentável, permitindo que o Estado atue como agente regulador e estabilizador da atividade econômica. Outro aspecto importante é a possibilidade de uma transição para uma economia de pequeno impacto ambiental e de baixa emissão de carbono.

Em termos metodológicos, o artigo está sustentado numa pesquisa bibliográfica e documental, como pesquisas em órgãos oficiais, revistas e artigos científicos com objetivo de trazer informações e dados para melhorar embasamento teórico e técnico do trabalho.

O presente artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção discute-se sobre a história do GND e suas ideias iniciais. Na segunda, busca-se avaliar o instrumental macroeconômico da MMT e suas possibilidades de financiamento de um GND. Por fim, foi feita uma análise da evolução e diferenças das ideias do chamado GND 1.0 e GND 2.0.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO CONCEITO DO GREEN NEW DEAL

Historicamente, o conceito do *Green New Deal* (doravante, GND) surge nos debates acadêmicos e políticos em 2007 a partir da publicação de um artigo de Thomas Friedman para o jornal *The New York Times*. Era um contexto da crise financeira do *subprime* nos Estados Unidos, de modo que o GND surgia como contestação ao *mainstream* econômico. Friedman argumentou, no período que antecedeu a eleição presidencial americana de 2008, que o candidato que fosse capaz de apresentar uma agenda energética e ambiental ambiciosa e credível teria uma clara vantagem para vencer o pleito eleitoral daquele ano (Friedman, 2007).

A base de sustentação do programa GND advém do *New Deal* norte-americano implementado nos anos 1930 para fazer frente as consequências da crise de 1929, em que o Estado liderou um amplo plano de recuperação econômica. Assim, apesar do *New Deal* original do Presidente estadunidense Franklin Roosevelt não ser uma aplicação direta da teoria keynesiana, e sim uma resposta pragmática ao alto desemprego causado pela crise da década de 1930, seus princípios fundamentais eram consistentes com as teorias então revolucionárias pelas quais Keynes justificava a necessidade de intervenção do governo em uma economia deprimida.

Sendo assim, o GND é compatível com o atual estágio da economia tal qual à época da década de 1930, ou seja, o contexto econômico é crítico, então, é necessário voltar a gerar emprego e renda; o Estado precisa ser o indutor do planejamento econômico; bem como é fundamental enfrentar os preceitos da economia (neo)liberal. Contudo, há uma grande diferença entre o *New Deal* da década 1930 e o GND, pois este inova ao incorporar a preocupação da responsabilidade ambiental e social nos investimentos para recuperar a economia, principalmente para mitigar as questões das mudanças climáticas. Nesse sentido, o GND, além de apresentar mudança de paradigma, traz transformações importantes na qualidade do



crescimento econômico, ou seja, não é apenas recuperar o crescimento econômico, mas buscar novas bases sobre as quais esse crescimento se sustenta (Alvarenga Junior, *et al*, 2019).

Diante das diversas crises que o capitalismo vem sofrendo nos últimos anos, isso exigirá uma base de coordenação conjunta dos países em escala global, de modo que será necessário uma visão mais ampla dos problemas que afligem os índices socioeconômicos e ambientais. Uma proposta de GND é uma tentativa no caminho de soluções globais para enfrentar a crise do meio ambiente. Em meio as turbulências da economia mundial, as propostas devem girar em torno de pacotes de estímulo em larga escala globalmente coordenados, além de investimentos com potencial de trazer a recuperação econômica global no curto prazo. Contudo, o objetivo principal tem que ser o estabelecimento de bases para o crescimento econômico sustentado no médio e longo prazo, e assim aumentar a participação de trabalhadores, empresas, governos locais, regiões, entre outros, como forma de ampliar a recuperação para ser mais inclusiva.

As propostas iniciais defendidas no GND à época da crise eram de estabilização de curto prazo da economia com a reestruturação de longo prazo dos sistemas financeiro, tributário e energético. Em termos de alcance, o GND tem perspectiva internacional, porém requer ações nos níveis local, nacional, regional e global. A princípio o GND tinha alguns objetivos, como alcançar um sistema de energia de emissão de baixo carbono, no qual sua eficiência energética seria maximizada, assim como o uso de fontes renováveis de energia. Porém, não só isso, havia a preocupação de recuperar as degradações ambientais causadas pelo crescente processo de industrialização e urbanização ao longo dos séculos XX e XXI. Isso geraria externalidades positivas na geração de emprego e renda para milhares de trabalhadores.

Mastini, *et al* (2021) chama atenção para o fato de que após o estouro da crise de 2008 muitos pesquisadores acadêmicos, economistas e formuladores de políticas passaram a ver no GND uma estratégia para recuperar os níveis emprego e renda da economia dos EUA. O então candidato a Presidente dos EUA Barack Obama se entusiasmou com a ideias do GND na campanha de 2008 e, no ano seguinte, quando assume o governo, o Presidente eleito aprovou o pacote de estímulo chamado *American Recovery and Reinvestment Act* no valor de US\$ 976 bilhões, dos quais US\$ 117 bilhões foram direcionados para eficiência energética e energia renovável. Algo semelhante, em termos de ideia para recuperação econômica, ocorreu no Reino Unido o *Think Tank New Economics Foundation*, que traçou um plano ambicioso para descarbonização da economia e entregar um estímulo econômico em resposta à crise financeira. O Partido Verde Europeu também estava entre os que pediam um GND na União Europeia para responder à crise financeira de 2008 (MASTINI, *et al*, 2021).

Assim, é possível pensar que o estímulo ao crescimento pode e deve caminhar junto ao processo de transição energética, sobretudo para países em desenvolvimento. Nestes termos, o crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo, uma vez que a capacidade física do planeta não suporta, em tese, conciliar a redução dos níveis necessários de emissões de poluentes com taxas altas de crescimento econômico. No entanto, a conciliação entre as duas visões é plenamente factível e desejável.

3. INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO PARA UM GREEN NEAL DEAL: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA MONETÁRIA MODERNA

A Teoria da Moeda Moderna (ou *Modern Money Theory*- MMT) figura como central na discussão sobre financiamento e, conseqüentemente, implementação de um GND, sobretudo para países monetariamente soberanos, ou seja, países que emitem sua própria moeda não tem restrições financeiras para realizar política fiscal expansiva, sua restrição se daria via limites da capacidade produtiva. De acordo com Wray (1998) um Estado Soberano é aquele capaz de

tributar e gastar na moeda (soberana) que emite, sem prometer convertê-la a taxa pré-determinada.

Em termos de desenvolvimento teórico, a abordagem da MMT está sustentada na visão pós keynesiana, na qual a moeda é conhecida como moeda chartalista, que tem esse nome em função dos conceitos originais desenvolvido por Georg Friedrich Knapp em 1905 no livro *Staatliche Theorie des Geldes* (GERIONI, 2020).

Dentro da escola Chartalista, o neo-Chartalismo, que tem como expoente o Randall Wray, se destaca por argumentar que a moeda seria criatura do Estado através de tributos. Na abordagem do Wray (1998; 2015), que ficou conhecida por “neo-chartalista” e que deu origem à MMT, a moeda seria criatura do Estado, e ela é imposta via cobrança de impostos pelo ente emissor dessa moeda.

Ainda de acordo com este arcabouço teórico, quando o Estado cobra impostos denominados na unidade de conta determinada por ele os tributos funcionariam como dívida das pessoas para com o Estado soberano dentro do seu território geográfico. A consequência lógica é que, quando as pessoas possuem uma dívida denominada na unidade de conta determinada pelo Estado, os agentes passam a aceitar moeda Estatal por acreditarem que outros também aceitarão. Ou seja, as pessoas aceitam a moeda Estatal como meio de troca pois precisam desta moeda para liquidar a dívida (tributos) que possuem com o Estado. Keynes (1930) já argumentava nos anos 1930 que a moeda seria, pelo menos nos últimos quatro mil anos, uma criatura do Estado. Neste sentido, deve-se pensar o Estado como ente hierárquico superior aos agentes privados, logo, pode ser um rei, um senhor feudal ou o Estado como é hoje, porém com capacidade de impor seus interesses a opinião pública.

Isso nos permite concluir que o Estado que emite sua própria moeda não se financia com a arrecadação de tributos, uma vez que ele tem o poder de criar primeiro os meios de pagamentos (moeda) para realizar seus gastos e só *ex post* pode cobrar tributos e emitir títulos públicos para destruir os meios de pagamentos emitidos previamente (WRAY, 2015).

Atualmente, a MMT tem ganhado espaço tanto na academia quanto no debate público, sobretudo nos Estados Unidos, onde há discussões sobre implementação de políticas econômicas estimulantes ao desenvolvimento, mas com preocupações ambientais.

No plano prático, por exemplo, o governo Biden (2021-2025) busca implementar algumas ações para reconstrução da economia a partir da abordagem da MMT, no qual vêm chamando atenção não só pelo montante inédito de recursos para o GND, mas também no planejamento e/ou coordenação do Estado nas soluções para as mudanças climáticas, rompendo com a esperança nas soluções de mercado.

Já no caso específico do Brasil ainda prevalece a ideologia de que o Estado não tem dinheiro para atender as demandas da população, isso faz com que todas as iniciativas voltadas para se pensar nos problemas sociais e ambientais passem por velhas e fracassadas soluções de mercado, como criação de mercados de carbono e pagamento por serviços ambientais.

Para Callegari (2021), essas soluções via mercado não são bem aceitas por movimentos da sociedade civil, por diversos pesquisadores e por populações locais, uma vez que se intensificam os problemas pela falta de respeito a autodeterminação e o modo de vida dos territórios e povos tradicionais. Ainda de acordo com a autora, são soluções que continua abrir caminho para o grande capital continuar poluindo o meio ambiente, tendo como pano de fundo a ideia de compensação ambiental.

Por fim, a Economia Ecológica e macroeconomia pós keynesiana (MMTista) vem acumulando conhecimento necessário para elevar o debate sobre as questões socioeconômicas e ambientais. Desse modo, a MMT se apresenta com arcabouço teórico interessante para enfrentar os desafios para recuperação do desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Então, para conquistar papel importante na construção de um futuro menos desigual

e mais sustentável ambientalmente é fundamental a interação entre os conhecimentos acerca de como funciona o dinheiro, da economia política, e do metabolismo econômico sujeito aos limites reais do planeta.

4. EVOLUÇÃO E DIFERENÇAS NAS IDEIAS DO GND 1.0 E 2.0

No ano de 2009 é lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) uma proposta conceituada de Economia Verde, que tinha como objetivo melhorar o bem estar das pessoas, combater a desigualdade social, mas sobretudo minimizar a destruição ecológica e riscos ambientais.

Como a crise financeira de 2008 empurrava a economia mundial para uma recessão econômica, surgia-se em vários governos e instituições internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, intenções de adicionar investimentos em eficiência energética e energia renovável através de pacotes de estímulo fiscal anticíclico. Por exemplo, o PNUMA no início de 2009 disponibilizou um resumo das políticas do Global Green New Deal (GGND) para coordenar vários planos nacionais de estímulo econômico (UNEP, 2009). De acordo com o programa recomenda-se um gasto de 1% do PIB em iniciativas para economia verde, mas o grupo das vinte maiores economias do mundo (G20) gastou aproximadamente 0,8% do PIB (totalizando US\$ 513 bilhões) até o final de 2009. Os únicos países que atingiram a meta de investimento do PNUMA foram Coreia do Sul (5%), China (3,1%), Arábia Saudita (1,7%) e Austrália (1,3%) (UNEP, 2009).

No entanto, os estímulos para recuperação da economia global duraram pouco tempo, já que em 2010, o consenso econômico global mudou de estímulo para austeridade na expansão dos gastos públicos. De acordo com Mastini, *et al* (2021), em junho de 2010, o G20 no encontro em Toronto no Canadá sinalizava o fim dos estímulos de base keynesiana, que até aquele momento era a teoria economia que apresentava as respostas do Estado à crise financeira global. Portanto, voltava-se a defender equilíbrio fiscal por meio de orçamentos equilibrados e condenar *déficits* públicos, de modo que as conversas sobre um New Deal Verde foram perdendo espaço diante das ideias conservadoras sobre a economia.

Contudo, o discurso sobre um GND nos EUA vem ganhando espaço recentemente nos debates políticos sob uma nova visão articulada movimentos de base, principalmente do partido democrata estadunidense, como *Movement Sunrise, Justice Democrats e Democratic Socialists of America*, os quais se tem a Deputada Alexandria Ocasio-Cortez como figura política importante na defesa de um GND e entusiasta da MMT (Mastini, 2021).

Mastini, *et al* (2021) avaliam que o GND apresentado em 2019 - denominando de GND 2.0 - ao congresso norte-americano (*House Resolution 109*) é bem diferente quando comparado às primeiras ideias de um GND ainda na década de 1990. A congressista Alexandria Ocasio-Cortez e o senador Ed Markey em março de 2019 apresentaram essa Resolução 109 na Câmara dos Representantes dos EUA, que basicamente defendia que o Governo dos EUA reconhecesse o dever de criar um GND.

Na resolução se estabelece uma série de medidas a partir da implementação de um GND, como enfrentamento da crise climática, a estagnação econômica e salarial e alcançar crescimento com melhor distribuição de renda. Para lidar com a crise ambiental as metas são audaciosas, a Resolução 109 estabelece que os EUA alcancem emissões líquidas zero de gases do efeito estufa em 10 anos. Outras medidas visam assegurar descarbonização de outros setores da economia, como transporte, agricultura, manufatura e infraestrutura.

No que diz respeito ao enfrentamento das questões sociais, a resolução também estabelece alguns objetivos: criar empregos sindicais de alta qualidade e oferecer treinamento para trabalhadores afetados pela transição; expandir o estado de bem-estar ao fornecer

assistência médica gratuita e moradia acessível a todos os cidadãos; e promover justiça ambiental interrompendo o atual estágio de degradação, prevenindo desastres futuros e reparando a opressão histórica da linha de frente e das comunidades vulneráveis (MASTINI, *et al*, 2021).

Neste sentido, pode-se citar o Plano Americano de Empregos (*American Jobs Plan*) como algo criado na direção de enfrentar os problemas socioambientais. Apesar de não ser considerado um *Green New Deal*, pois prioriza investimentos em infraestrutura com objetivo realizar a transição para energia limpa, o plano possui várias características que vai além da questão ambiental e, portanto, beneficia outros setores da vida social, como cancelamento de dívidas estudantis, imigração, entre outras ações. Esse plano ficou conhecido com Plano Biden em referência ao Presidente dos EUA Joe Biden, que venceu as eleições de 2020, e apresentou um enorme plano de ajuda financeira para responder as consequências da crise da Covid-19, sobretudo, aproveitando a oportunidade para criar as condições de enfrentar, não somente a crise da pandemia, mas também de diversos problemas relacionados a questão ambiental, como atingir emissões líquidas zero até o ano de 2050. A tabela 1 apresenta o orçamento para os principais planos de ação do *American Jobs Plan* em dez anos totalizando um investimento de US\$ 2,65 trilhões.

TABELA 1: *American Jobs Plan* (orçamento para dez anos (em US\$ bilhões))

Plano de ação	
Investimento em infraestrutura de transportes	621
Investimento na indústria, P&D e qualificação profissional	590
Expansão de serviços de saúde e proteção a trabalhadores	400
Créditos tributários para energia limpa	400
Modernização de casas de repouso, escolas, creches etc.	328
Investimento em banda larga, redes elétricas e água potável	311
Total	2.650

Fonte: *The White House*, 2021

A base de sustentação financeira para os gastos do Plano Biden viria de medidas na área tributária a partir da utilização da progressividade na cobrança dos tributos, o que resolveria alguns problemas de distorções do sistema tributário. Em paralelo a nova forma de arrecadação tributária, o Plano Biden pode se alinhar, de forma prática, a abordagem macroeconômica inovadora da MMT com perspectivas de solucionar a crise ambiental. Assim, é possível unir pesquisadores da MMT e da Economia Ecológica para que ambos mostrem as soluções para questão do financiamento através do arcabouço da MMT com objetivo de enfrentar a degradação ambiental, uma vez que a MMT descreve que o Estado monetariamente soberano não tem problema para expandir seus gastos.

No caso do Brasil a viabilidade de um GND brasileiro também depende de fontes de financiamento, buscando a transição para uma economia verde. Neste ponto, é importante combater as distorções do modelo tributário, e a partir disso reorganizar finanças públicas através de uma nova forma de arrecadar recursos. De modo que não apenas focalize no redesenho dos tributos sobre consumo, mas, sobretudo, na capacidade do Estado de cobrar impostos sobre renda e patrimônio, cobrar sobre externalidades ambientais, redirecionar subsídios fiscais para atividades mais sustentáveis e recursos de fundos de desenvolvimento regionais. Segundo Alvarenga Junior, *et al* (2019), o Brasil tem potencial e diversidade de fontes de financiamento para GND brasileiro, que poderia arrecadar mais de R\$ 500 bilhões anuais. Na tabela 2 apresenta-se a ampla lista de financiamento que contribui para ter disponível recursos mais resiliente, reduzindo os riscos de variações repentinas e profundas.



Tabela 2- Fontes potenciais de financiamento e capacidade anual de aporte de recurso

MECANISMO FINANCEIRO	FONTES DE FINANCIAMENTO	CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO (EM BILHÕES DE R\$)
AUTOFINANCIAMENTO	Arrecadação induzida pelo GND-BR.	R\$ 121,0
INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E FISCAIS	Aplicação do valor máximo da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis fósseis;	R\$ 99,4
	Fim dos subsídios aos agrotóxicos;	R\$ 16,2
	Imposto sobre carbono;	R\$ 27,2
	Atualização da Alíquota do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);	R\$ 18,0
	Imposto sobre grandes fortunas;	R\$ 58,8
	Aumento da alíquota máxima do imposto sobre herança;	R\$ 33,0
	Tributação de lucros e dividendos;	R\$ 58,9
	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste;	R\$ 28,5
	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte;	R\$ 9,3
	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;	R\$ 8,4
INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		R\$ 27,5
	TOTAL	R\$ 506,2

Fonte: Alvarenga Junior, *et al* (2019)

Por outro lado, o Brasil também poderia adotar algumas prescrições econômicas da MMT, dado sua condição de país monetariamente soberano, embora em um grau bem menor de autonomia econômica se comparado aos EUA. Como o Brasil se caracteriza como país periférico com moeda não conversível, o país possui algumas restrições na implementação de um GND brasileiro. A restrição mais impeditiva é a externa, de modo que para ter algum espaço de crescimento mais sustentável, o país precisa obter grande quantidade de moeda estrangeira, uma vez que real não está no topo da hierarquia monetária internacional. De modo geral, apesar do relativo grau de autonomia, o Brasil tem capacidade de adotar políticas de investimentos voltadas ao atendimento das necessidades sociais e para o desenvolvimento econômico, principalmente diante de suas capacidades internas, como capital e trabalho disponíveis.

Ressalta-se, no entanto, que não se pode elevar o gasto além da capacidade produtiva da economia em ofertar bens e serviços, caso contrário corre-se o risco de causar inflação de

demanda. De todo modo, é preciso atentar que os limites à expansão da economia real devem estar subjugados à capacidade física do planeta, na busca de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

O interessante da abordagem da MMT e da necessidade de um novo tipo de desenvolvimento baseado numa “economia verde” é que parece que se caminha, mesmo que lentamente, para uma contestação dos fundamentos da economia *mainstream*, principalmente no governo estadunidense, no qual o debate sobre um GND está mais amadurecido na sociedade americana, que alicerça um plano de recuperação econômica com descarbonização. Por outro lado, no debate brasileiro ainda há bastante resistência e negação das nossas possibilidades de Estado monetariamente soberano. Portanto, o que prevalece são projetos de austeridade fiscal e uma visão anacrônica sobre como uma economia monetária funciona.

A esperança é que com o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) as discussões sobre desenvolvimento econômico com preservação e recuperação ambiental sejam prioritários. Mais do que isso, que seja montado uma agenda de transformação, e desmistificar o discurso de que o “dinheiro acabou”, e que o Brasil não pode realizar os gastos necessários para salvar as pessoas e o meio ambiente.

A Teoria Monetária Moderna, portanto, emerge com base acadêmica e política para formulação de políticas econômicas, sociais e ambientais, sobretudo no caso americano, uma vez que os Estados Unidos emitem a moeda mundial. Portanto, é possível financiar programas como o GND, mas também outras políticas públicas, como investimento para melhorar os serviços públicos, redução das desigualdades, pleno emprego através de um programa garantidor de emprego, entre outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se apresentar uma análise histórico-descritivo sobre as propostas de implementação de um programa de recuperação econômica baseado em preceitos sustentáveis chamado *Green New Deal* (GND).

Então, a saída para a crise socioeconômica e ambiental necessita de uma transformação radical na postura dos entes públicos e privados para desenvolver soluções aos desafios no âmbito de como a economia produz hoje, na mudança do paradigma tecnológico mais voltado para uma economia verde e, principalmente, a recuperação dos processos naturais e das funções do meio ambiente.

Sendo assim, o GND é um passo fundamental para começar a implementar um modo de vida diferente do atual com investimentos públicos visando a transição de economia com alto impacto ambiental para um modelo de desenvolvimento sustentável, de baixo carbono, além mitigar os problemas socioeconômicos ao desse processo.

Contudo, um dos grandes desafios na implementação do GND é a questão do financiamento de um programa complexo e que envolve diversos interesses difusos. Então, procurou-se expor as ideias da teoria monetária pós keynesiana, conhecida como Teoria Monetária Moderna ou Modern Money Theory (MMT) para demonstrar que é possível realizar investimentos públicos, no qual o Estado seria o grande responsável em coordenar as demandas sociais e ambientais.

A MMT desmistifica a ideia de que o Estado sofre restrições financeiras como uma família e pode se ver sem dinheiro para honrar pagamentos. Em outras palavras, Estado monetariamente soberano, que emite sua própria moeda não tem restrições financeiras para realizar política fiscal dentro do seu território, as restrições estão ligadas a capacidade física da economia em absorver gastos acima da sua capacidade e as restrições externas, ou seja, no balanço de pagamentos através de desvalorizações cambiais agudas, que podem gerar processo

inflacionário interno. A única ressalva são os EUA que emite a moeda reserva mundial, então, não teria restrições externas.

De todo modo, é possível realizar um GND no caso brasileiro, dado que o Brasil mantém algumas características de país soberano monetariamente. A grande questão é enfrentar o discurso anacrônico do *mainstream* econômico ainda muito presente no debate público.

Por fim, a boa notícia é que as ideias de um GND e da MMT começa a furar, mesmo que lentamente, a bolha do pensamento econômico conservador, o que é fundamental para se pensar em novas formas de desenvolvimento econômico com combate ao desemprego, a concentração de renda e riqueza e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. C., ROMEIRO, A. R., & SIMÕES, M. S. Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground. In *Environmental Sustainability and Industries* (pp. 461-482). Elsevier. 2022.

ALVARENGA JUNIR, M. *et al.* **Um Green New Deal para o Brasil**. FGV EAESP, Caminhos para sustentabilidade. GV Executivo, volume 21, número 1- jan/mar 2022.

CALLEGARI, I. **MMT e Economia Ecológica**: introduzindo o debate. Site MMTBrasil, mar. 2021. Disponível em: <https://mmtbrasil.com/mmt-e-economia-ecologica-introduzindo-o-debate/>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

CURY, J. F. M. *et al.* (2021) **Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia**: Lições da experiência internacional. *Revista Tempo do Mundo*, 26, pp. 145-174

DEQUECH, David. Is Money a Convention and/or a Creature of the State? The convention of acceptability, the state, contracts, and taxes. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 36, n. 2, p. 251-274, 2013.

Friedman, T., 2007. A Warning from the Garden. *The New York Times*. pp. A17. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html>. Acesso em: 22 de jan. 2023.

GERIONI, E. M. A macroeconomia do Pleno Emprego na Periferia. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/339390>. Acesso em: 23 de fev. 2023.

JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. 1st Edition. London, UK: Earthscan, 2009.

KNAPP, Georg Friedrich. **The State Theory of Money**. London: MacMillan, 1924.

MASTINI, R.; KALLIS, G.; HICKEL, J. **A Green New Deal without growth?** *Ecological Economics*, v. 179, 2021.

THE WHITE HOUSE. Fact sheet: The American Jobs Plan. Washington: The White House, Mar. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2WoWjuQ>>.



UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Global Green New Deal**, mar, 2009. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7903/A_Global_Green_New_Deal_Policy_Brief.pdf?sequence=3&isAllowed=1. Acesso em: 26 de fev. 2022.

WEISS, M., CATTANEO, C. Degrowth - **Taking stock and reviewing an emerging academic paradigm**. Ecological Economics, v. 137, p. 220-230, 2017.

WRAY, L. Randall. **Understanding Modern Money**. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.

_____. **Modern Money Theory: A primer on macroeconomics for sovereign monetary systems**. Palgrave Macmillan, 2015.